

**UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ**

**THALES SOUSA DOS SANTOS**

**GRUPOS REFLEXIVOS PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA CONTRA  
MULHERES: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DE POSSIBILIDADES DE  
INTERVENÇÃO**

**Pouso Alegre, MG**

**2024**

**UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ**

**THALES SOUSA DOS SANTOS**

**GRUPOS REFLEXIVOS PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA CONTRA  
MULHERES: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DE POSSIBILIDADES DE  
INTERVENÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em Psicologia da Universidade do Vale do Sapucaí, como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Ma. Eveline Raquel de Oliveira Moura.

**Pouso Alegre, MG**

**2024**

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca

Santos, Thales Sousa dos.

Grupos reflexivos para homens autores de violência contra mulheres: uma revisão bibliográfica de possibilidades de intervenção/  
Thales Sousa dos Santos – Pouso Alegre: Universidade do Vale do Sapucaí, 2024.

29f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) –  
Universidade do Vale do Sapucaí, Curso de Psicologia, 2024.

Orientadora: Ma. Eveline Raquel de Oliveira Moura.

1.Mulheres. 2. Psicologia. Violência doméstica. I. Título.

CDD – 150

Bibliotecária responsável: Michelle Ferreira Corrêa

CRB 6-3538

**THALES SOUSA DOS SANTOS**

**GRUPOS REFLEXIVOS PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA CONTRA  
MULHERES: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DE POSSIBILIDADES DE  
INTERVENÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em Psicologia da Universidade do Vale do Sapucaí, como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Ma. Eveline Raquel de Oliveira Moura.

Aprovado em: 07/11/2024

Banca Examinadora:

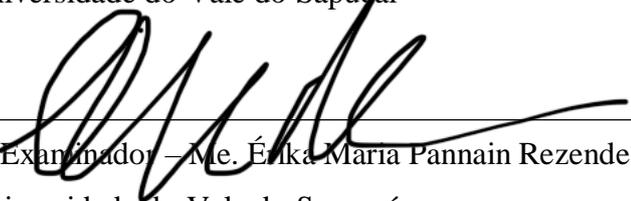


---

Orientadora - Me. Eveline Raquel de Oliveira Moura.

Universidade do Vale do Sapucaí

---



1º Examinador – Me. Érika Maria Pannain Rezende

Universidade do Vale do Sapucaí

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** **FABIO REZECK**  
Data: 11/12/2024 09:23:57-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

2º Examinador – Dr. Fábio Rezeck

Universidade do Vale do Sapucaí

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, cuja presença iluminou meu caminho e me fortaleceu em cada desafio ao longo desta jornada. Agradeço profundamente aos meus pais, Grasiela Sousa Rocha dos Santos e Antônio José dos Santos, por terem pavimentado e estruturado o meu caminho até aqui, com tanto carinho, compreensão, amor e respeito. O apoio incondicional de vocês foi essencial para que eu pudesse chegar até este momento, e toda a minha família merece meu eterno reconhecimento.

A minha namorada Fernanda Duarte, companheira e reguladora em meus momentos de dificuldade e descrença, me ajudando a colocar a cabeça no lugar e mantendo seu apoio constante. Sou igualmente grato aos meus amigos, que fizeram a caminhada ser mais leve, meus amigos da faculdade, Luis Eduardo, Raissa, João Pedro e Emília, que compartilharam momentos importantes, incentivaram e me apoiaram em todas as etapas deste percurso. Aos amigos do RPG, meu tão amado *hobbie*, que me proporcionou tantas risadas e alegrias, e me ajudou a manter o equilíbrio nos momentos difíceis. E aos amigos de longa data, Enzo, Gabriel, Junior, Ryan, João e Petterson, por estarem sempre ao meu lado.

Agradeço também à minha terapeuta, Melanie, por sua ajuda fundamental em momentos de confusão, trazendo clareza e foco, e por ter reforçado ainda mais minha paixão pela psicologia. Seu apoio foi essencial para que eu pudesse me manter firme.

Por fim, dedico um agradecimento especial à minha orientadora, Eveline, por toda a paciência, compreensão e ajuda durante a confecção deste trabalho, e a todos os professores que cruzaram meu caminho acadêmico, contribuindo de maneira única para a construção do meu conhecimento e formação.

## RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo levantar a bibliografia de projetos de grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher, buscando compreender a eficácia da proposta e o espaço de intervenção. Foram encontrados poucos estudos da Psicologia na temática, tendo no Direito ações com pouca avaliação da efetividade da proposta. Acredita-se ser um caminho de possibilidades para o cumprimento da Lei Maria da Penha, com ampliação de discussões necessárias, desde às questões de masculinidade até o encerramento do ciclo de violência contra a mulher.

**Palavras-chave:** Lei Maria da Penha; Grupos Reflexivos; Violência contra a Mulher.

## **ABSTRACT**

This research aims to survey the bibliography of reflective group projects for men who commit violence against women, seeking to understand the effectiveness of the proposal and the scope for intervention. Few studies in Psychology on the subject were found, and in Law, actions with little evaluation of the effectiveness of the proposal. It is believed to be a path of possibilities for compliance with the Maria da Penha Law, with an expansion of necessary discussions, from issues of masculinity to ending the cycle of violence against women.

**Keywords:** Maria da Penha Law; Reflective Groups; Violence against Women.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>11</b>
<b>3</b>	<b>REVISÃO DE LITERATURA .....</b>	<b>12</b>
<b>4</b>	<b>DESENVOLVIMENTO .....</b>	<b>19</b>
<b>4.1</b>	<b>Metodologia de grupos reflexivos .....</b>	<b>19</b>
<b>4.2</b>	<b>Práticas de grupos reflexivos .....</b>	<b>21</b>
4.2.1	Projeto Ágora – Judicialização e Grupos Reflexivos .....	22
4.2.2	Projeto Abraço – Iniciativa Judicial Pioneira.....	23
4.2.3	Grupo Refletir – Ação Inovadora no Distrito Federal.....	24
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>26</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>29</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é uma problemática persistente em nossa sociedade, representando uma grave violação dos direitos humanos e um desafio significativo para os sistemas de justiça e para a sociedade como um todo. A partir da Lei Maria da Penha, nº 11.340, aprovada em 7 de agosto de 2006, algumas ações surgem na busca por estratégias mais humanas de responsabilização e prevenção da violência de gênero.

O presente estudo tem como foco principal pesquisar as intervenções através de grupos reflexivos a fim de compreender as ações de responsabilização para homens autores de violência contra a mulher, com uma análise específica de trabalhos já realizados e publicados, investigando tanto a eficácia das ações de responsabilização quanto os efeitos gerados por essas intervenções no contexto social. O problema de pesquisa que orienta esta investigação reside na necessidade de compreender em que medida as ações destes projetos estão contribuindo para a redução da violência contra a mulher e para a promoção de relações mais igualitárias e respeitadas entre os gêneros.

Nesse sentido, o objetivo geral desta pesquisa é relatar ações de responsabilização para homens autores de violência contra a mulher encontradas em estudos bibliográficos. Também, como objetivos específicos: explorar o conceito de violência contra a mulher; apresentar tipos de intervenção contra a violência de gênero e identificar estratégias de intervenção direcionada ao agressor, no sentido da responsabilização e reconhecimento de culpa.

Esta pesquisa foi elaborada pela necessidade de compreender e enfrentar a complexidade da violência de gênero. Com o crescente aumento das denúncias de violência contra a mulher, observa-se um aumento significativo nos registros. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), em seu Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022, houve um aumento de 4,8% nas denúncias de violência doméstica e familiar contra a mulher em relação ao ano anterior. Além disso, o número de feminicídios cresceu 0,7% no mesmo período, totalizando 1.341 casos registrados em 2021 (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023). Dados do Ligue 180, central de atendimento à mulher em situação de violência, indicam um aumento de 36% no número de denúncias durante a pandemia de COVID-19, evidenciando a intensificação do problema em contextos de crise (Brasil, 2020). Esses dados reforçam a necessidade urgente de intervenções eficazes e políticas públicas robustas para o enfrentamento da violência de gênero no Brasil. O que se torna uma preocupação no campo da

Psicologia, pois viola os direitos humanos das mulheres e se torna um problema social grave e complexo que, ainda não tem soluções exatas, e tem um campo de discussão ainda muito brando.

Justifica-se, portanto, a importância desta pesquisa diante da urgência em se encontrar estratégias mais efetivas no enfrentamento da violência de gênero e na promoção da equidade e do respeito às mulheres.

Para contextualizar melhor o estudo, é importante analisar o estado da arte das pesquisas relacionadas à eficácia das ações de responsabilização para homens autores de violência contra a mulher. Estudos anteriores como "Avaliação de programas de intervenção para agressores de violência doméstica: Uma revisão sistemática" por Silva e Santos (2018) e "Medidas punitivas e restaurativas na responsabilização de agressores de violência contra a mulher: Uma revisão da literatura" por Souza e Mendes (2016), algumas das obras que têm explorado diversos aspectos desse tema, incluindo a efetividade de programas de intervenção com agressores, e os efeitos das medidas punitivas e restaurativas, e os desafios enfrentados na implementação de políticas de prevenção e combate à violência de gênero.

Ao explorar essas questões e revisar o estado da arte, esperamos contribuir para um maior entendimento da eficácia das ações de responsabilização para homens autores de violência contra a mulher e para o aprimoramento das políticas e práticas de intervenção nesse campo tão importante para a promoção da equidade de gênero e o respeito aos direitos humanos, também reforçar ações e projetos que promovam a responsabilização. Nos próximos capítulos, serão apresentados detalhadamente o referencial teórico que embasa este estudo, a metodologia utilizada para coleta e análise de dados, os resultados obtidos e uma discussão aprofundada dos achados. Ao final, serão apresentadas conclusões que sintetizam as principais contribuições deste trabalho e sugerem direções para futuras pesquisas na área.

## **2 METODOLOGIA**

A metodologia utilizada compreende uma pesquisa bibliográfica por meio da coleta de dados em plataformas como Portal Capes, Google Acadêmico, Scielo e revistas de universidades. Este estudo adotará como método uma revisão de literatura de projetos de intervenção realizados nos últimos dez anos, considerando o impacto da Lei Maria da Penha nas ações relacionadas ao tema. Além disso, serão utilizadas referências bibliográficas de datas anteriores para fundamentar conceitos essenciais à discussão. Serão incluídos na pesquisa artigos científicos publicados em periódicos nacionais e internacionais, em língua portuguesa ou com traduções oficiais disponíveis, com ênfase em estudos oriundos tanto de instituições brasileiras quanto de entidades internacionais reconhecidas.

### 3 REVISÃO DE LITERATURA

Após a revisão da literatura e o desenvolvimento do referencial teórico, emergem algumas questões e conceitos importantes que serão explorados ao longo deste estudo.

Primeiramente, é fundamental compreender as diferentes formas de violência contra a mulher, como física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, e os fatores que contribuem para sua perpetuação. A literatura revisada demonstra a complexidade da violência de gênero, especialmente no contexto das relações de poder e desigualdade entre os gêneros. Heise (1998, p. 262) argumenta que “a violência contra a mulher é um fenômeno multidimensional que requer uma abordagem ecológica integrada, considerando fatores individuais, relacionais, comunitários e sociais”. Essa visão é essencial para desenvolver estratégias eficazes de prevenção, uma vez que as causas da violência estão profundamente enraizadas em normas sociais e culturais que perpetuam a desigualdade de gênero. Além disso, as estratégias de responsabilização e reflexão para agressores variam amplamente, como observado por Gondolf (2004), que afirma:

programas de intervenção para homens autores de violência doméstica devem ir além da punição, integrando componentes educativos e restaurativos que promovam a reflexão e a reestruturação de crenças que perpetuam a violência (Gondolf, 2004, p. 608).

Medidas punitivas, como a reclusão, podem ser combinadas com abordagens educativas, sendo que os programas cognitivo-comportamentais têm demonstrado eficácia significativa na redução da reincidência.

No âmbito das políticas públicas e práticas de intervenção, a abordagem centrada na vítima tem sido cada vez mais substituída por uma perspectiva que também considera o agressor e suas necessidades. Nesse sentido, surgem iniciativas que visam tentativa de humanizar o processo de responsabilização, promovendo a reflexão e a mudança de comportamento dos agressores.

A compreensão da violência contra a mulher exige uma análise detalhada dos conceitos de masculinidade e dos padrões culturais que sustentam essa violência. A masculinidade tradicional, baseada em noções de poder, controle e agressão, é central para a perpetuação desses comportamentos. Connell (2005, p. 77) argumenta que “a masculinidade hegemônica se manifesta através do domínio e controle sobre as mulheres, refletindo as relações de poder estruturais que sustentam a opressão de gênero”. Kimmel (2017, p. 92) também observa que “a masculinidade é muitas vezes construída em torno da ideia de que ser homem é sinônimo de

ser agressivo, controlador e dominante, o que acaba promovendo uma cultura de violência contra as mulheres”. A adesão rígida a esses ideais de masculinidade pode, portanto, resultar em comportamentos violentos e opressivos, alimentando o ciclo de violência de gênero.

No que diz respeito ao conceito de masculinidade e a perpetuação da violência, está uma citação direta da obra de Kimmel (2008) que reforça a ideia do parágrafo infracitado:

Para muitos jovens, a masculinidade é definida pela agressão, pelo controle e pela dominância. Esses ideais não são apenas exaustivos, mas também muitas vezes se traduzem em comportamentos que perpetuam a violência e a opressão contra as mulheres (Kimmel, 2008, p. 45).

Neste contexto, o conceito de masculinidade tóxica emerge como um elemento central para a análise da violência de gênero. Connell (2005, p. 83) define masculinidade tóxica como “um padrão de masculinidade hegemônica que celebra o controle, a agressão e a subjugação das mulheres, perpetuando a violência como meio de afirmar a dominação masculina”. Compreender e desconstruir esses padrões de masculinidade é essencial para promover relações mais igualitárias e respeitadas entre os gêneros, como apontado por Kimmel (2017, p. 102), que observa que “os ideais tóxicos de masculinidade estão profundamente enraizados em normas culturais que privilegiam a força e a violência como formas de poder”.

Carl Jung, em suas obras, como *Aion* e *Aspectos do Masculino* (1989), oferece insights profundos sobre a construção da masculinidade e seus efeitos na psique masculina. Em *Aion*, Jung discute a importância da alma, o feminino interior, e como sua supressão pode resultar em uma desconexão emocional e espiritual. Ele afirma que “a alma é a personificação de todas as tendências psicológicas femininas na psique do homem, tais como sentimentos, pressentimentos e sensibilidade ao irracional” (Jung, 1951, p. 28). Jung também explora a masculinidade em *Aspectos do Masculino*, onde ele observa que

a masculinidade é uma construção complexa, influenciada por fatores biológicos, sociais e culturais, e que, quando a alma e o animus não são integrados, podem ocorrer desarmonias emocionais que se manifestam externamente em formas de violência e controle (Jung, 1989, p. 56).

Em *Aion: Researches into the Phenomenology of the Self*, Jung (1951) discute a alma e a necessidade de integrar o feminino interior na psique masculina. Segue abaixo uma citação direta que reflete essa ideia:

A anima é a personificação de todas as tendências psicológicas femininas na psique do homem, tais como sentimentos, vagos pressentimentos, capacidade de amar, sensibilidade ao irracional e os impulsos sombrios ou obscuros da vida. (Jung, 1951, p. 28).

Essa citação destaca como a anima, representando o feminino interior, é crucial para o equilíbrio psíquico e emocional. A supressão dessa parte feminina pode levar a uma desconexão emocional e comportamentos problemáticos, incluindo a violência.

Em "Aspectos do Masculino" (1989, p. 56), Jung examina os padrões e arquétipos masculinos, oferecendo uma visão sobre como esses padrões afetam a psique masculina

Quando o animus e a anima não são reconhecidos e integrados, eles frequentemente se manifestam de forma projetada, causando conflitos e desarmonias nos relacionamentos, tanto internos quanto externos. (Jung, 1989, p. 56).

Além disso, as obras de Emma Jung (1957), como "Anima e Animus", oferecem uma perspectiva complementar sobre a relação entre masculinidade e feminilidade na psique humana. A autora argumenta que a integração saudável da Anima e do Animus é essencial para o desenvolvimento psicológico equilibrado, sugerindo que a negação do feminino interior pode levar a conflitos internos e externos.

No contexto contemporâneo, a emergência da chamada "machosfera" tem sido uma preocupação crescente. A machosfera refere-se a comunidades online onde ideais de masculinidade tóxica são promovidos e reforçados. Estudos recentes, como o de Smith (2018) e Jones (2021), têm documentado como fóruns online e redes sociais são utilizados para disseminar ideias misóginas e incentivar comportamentos agressivos em relação às mulheres. Esses espaços virtuais funcionam como ecossistemas onde os padrões de masculinidade tradicional são amplificados e reforçados, contribuindo para a normalização da violência de gênero.

Ao explorar esses temas, é essencial reconhecer a interseccionalidade das experiências individuais e a necessidade de abordagens sensíveis ao gênero, raça, classe e outras dimensões de identidade. Somente através de uma compreensão holística dos fatores que contribuem para a violência de gênero, podemos desenvolver intervenções eficazes e promover relações mais igualitárias e respeitadas entre os gêneros.

A interseccionalidade, um conceito introduzido por Kimberlé Crenshaw (1991), é essencial para entender como diferentes formas de opressão, como racismo, classismo e sexismo, interagem e afetam a experiência das mulheres. Abordagens sensíveis ao contexto reconhecem que as intervenções devem ser adaptadas para atender às necessidades específicas de diferentes grupos, considerando fatores como raça, classe, orientação sexual e deficiência.

A abordagem interseccional é crucial para uma compreensão completa da violência de gênero, pois reconhece que as mulheres não experimentam a opressão de maneira uniforme. Segundo Crenshaw (1991), a interseccionalidade enfatiza que fatores como raça, classe, orientação sexual e deficiência se cruzam e criam experiências únicas de discriminação e violência. Por exemplo, uma mulher negra pode enfrentar violência de gênero de maneira diferente de uma mulher branca devido ao racismo estrutural e histórico que influencia suas experiências e as respostas institucionais à sua situação. Pesquisas de Collins (2000) e Hooks (1984) destacam que ignorar essas interseções pode levar a intervenções inadequadas que não atendem às necessidades específicas das mulheres de diferentes contextos.

Crenshaw já destacava como a compreensão da completude da violência de gênero era essencial para o entendimento de como são dadas as diferentes formas de opressões, e a diferença que são aplicadas frente a fatores determinantes

A marginalização das mulheres negras é agravada pela interseção de raça e gênero, que cria desafios únicos que não são adequadamente abordados pelas políticas antidiscriminatórias tradicionais (Crenshaw, 1991, p. 140).

Abordagens sensíveis ao contexto requerem a adaptação das intervenções para refletir as realidades vividas por diversos grupos de mulheres. Isso pode incluir a criação de programas de apoio que considerem as barreiras linguísticas e culturais enfrentadas por imigrantes e refugiadas, ou a implementação de serviços que sejam acessíveis a mulheres com deficiência.

Um estudo de Sokoloff e Dupont (2005) demonstra que a violência doméstica pode ser exacerbada por vulnerabilidades econômicas e sociais, e que políticas eficazes precisam abordar essas dimensões para serem verdadeiramente inclusivas. Por exemplo, mulheres de baixa renda podem enfrentar desafios adicionais, como a dependência financeira do agressor, que necessitam de intervenções específicas, como suporte financeiro e assistência jurídica.

Além disso, a orientação sexual e identidade de gênero também desempenham um papel significativo na experiência de violência de gênero. Mulheres LGBTQ+ podem enfrentar formas únicas de violência, incluindo a violência perpetrada por familiares que não aceitam sua orientação sexual ou identidade de gênero. Estudos como os de Calton, Cattaneo e Gebhard (2016) destacam a importância de criar espaços seguros e de apoio para vítimas LGBTQ+, bem como a necessidade de treinamento especializado para profissionais que trabalham com essas populações. Intervenções devem ser desenhadas para serem inclusivas e sensíveis às necessidades dessas comunidades, garantindo que todas as vítimas de violência de gênero recebam o suporte adequado.

A compreensão interseccional da violência de gênero implica a necessidade de políticas públicas inclusivas e equitativas. Kimberlé Crenshaw, em sua obra seminal de 1989, destaca que “as políticas antidiscriminatórias falham ao ignorar a intersecção entre raça e gênero, resultando em exclusão das experiências das mulheres negras” (Crenshaw, 1991, p. 149). Dessa forma, é essencial que a legislação proteja todas as mulheres, independentemente de raça, classe, orientação sexual ou deficiência, e que seja fundamentada em uma abordagem de direitos humanos. Para que essas políticas sejam eficazes, elas precisam ser informadas pelas vozes e experiências das próprias mulheres afetadas, garantindo que suas perspectivas estejam no centro do desenvolvimento e da implementação das estratégias de intervenção.

No âmbito das políticas públicas e práticas de intervenção, observamos uma mudança gradual de uma abordagem centrada exclusivamente na vítima para uma perspectiva mais abrangente que também considera o agressor e suas necessidades. Iniciativas encontradas nas referências bibliográficas apresentam uma tentativa de humanizar o processo de responsabilização, promovendo a reflexão e a mudança de comportamento dos agressores. No entanto, é importante reconhecer os desafios enfrentados na implementação dessas políticas, incluindo a resistência cultural e institucional à mudança. Nesse contexto, cabe ao Executivo e ao Poder Público assumir seus papéis de apoio, promovendo ações integradas e estratégias eficazes para superar essas resistências e assegurar a efetividade das políticas propostas.

A implementação de programas educativos e de conscientização sobre a violência de gênero desde a infância é essencial para a construção de uma sociedade mais equitativa e justa. Esses programas devem ser integrados ao currículo escolar de maneira contínua e sistemática, abordando questões como igualdade de gênero, consentimento, empatia e resolução pacífica de conflitos. Estudos de Berkowitz (2004) e Stanley *et al.* (2015) evidenciam que a educação precoce pode ajudar a moldar atitudes e comportamentos positivos, prevenindo a internalização de estereótipos de gênero e a normalização da violência como meio de resolver problemas.

Além disso, a formação de professores e educadores é um componente crucial para o sucesso dessas intervenções. É fundamental que os profissionais da educação estejam capacitados para abordar temas sensíveis e identificar sinais de violência doméstica entre seus alunos. De acordo com a pesquisa de Walsh *et al.* (2018), a formação contínua dos educadores aumenta a eficácia das campanhas educativas, pois lhes proporciona as ferramentas necessárias para facilitar discussões significativas e apoiar os alunos que possam estar vivenciando ou testemunhando violência em casa.

Outra estratégia eficaz é a implementação de programas de educação de pares, onde jovens são treinados para se tornarem mentores e educadores de seus colegas. Estudos como

os de Wolfe *et al.* (2009) demonstram que esses programas podem ser particularmente impactantes, pois os jovens tendem a se influenciar mutuamente de maneira mais significativa do que através de figuras de autoridade. A educação de pares promove um ambiente de apoio e incentivo, onde os jovens podem discutir abertamente suas experiências e desafios, desenvolvendo uma compreensão mais profunda dos efeitos da violência de gênero e aprendendo a desafiar comportamentos e atitudes prejudiciais.

Além do ambiente escolar, campanhas comunitárias de conscientização também desempenham um papel vital na prevenção da violência de gênero. Essas campanhas devem ser multifacetadas, utilizando mídia tradicional e digital para alcançar um público amplo e diversificado. Iniciativas como as descritas por Our Watch (2015) mostram que campanhas de conscientização pública podem alterar percepções e comportamentos sociais, incentivando comunidades a adotar uma postura ativa contra a violência de gênero. A colaboração com organizações locais, líderes comunitários e influenciadores sociais é fundamental para garantir que as mensagens alcancem e ressoem com diferentes segmentos da população.

É importante avaliar continuamente a eficácia dessas intervenções educacionais e de conscientização. Pesquisas longitudinais, como as conduzidas por Crooks *et al.* (2019), indicam que a avaliação e o ajuste contínuos das estratégias educativas são essenciais para adaptá-las às necessidades em constante mudança da sociedade. A coleta de dados sobre atitudes e comportamentos ao longo do tempo permite identificar áreas de sucesso e aspectos que necessitam de melhorias, garantindo que os programas permaneçam relevantes e impactantes.

Pichon-Rivière, renomado psicanalista e teórico argentino, é amplamente reconhecido por desenvolver a teoria dos grupos operativos, uma abordagem que combina elementos da psicanálise, sociologia e psicologia social. Pichon-Rivière (2000, p. 65) afirma que “os grupos operativos são espaços privilegiados para a reflexão e transformação das experiências pessoais e coletivas, permitindo aos indivíduos reorganizar suas ideias e modificar padrões comportamentais disfuncionais”. O grupo, para ele, funciona como um 'lugar de saúde', onde os participantes podem superar resistências e desenvolver novas formas de agir e se relacionar.

Essa abordagem tem sido adaptada e aplicada em diversos contextos, incluindo intervenções com homens autores de violência. No contexto dos grupos reflexivos para agressores, a teoria de Pichon-Rivière se mostra particularmente relevante, pois oferece uma estrutura que permite a esses homens a confrontar e questionar suas atitudes e comportamentos violentos em um ambiente seguro e de apoio. A prática grupal, segundo Pichon-Rivière, facilita

o reconhecimento das dinâmicas inconscientes que sustentam a violência, promovendo a conscientização e a responsabilidade individual.

A aplicação da teoria dos grupos operativos no trabalho com homens autores de violência tem se mostrado eficaz na promoção de mudanças comportamentais duradouras. Esses grupos reflexivos fornecem um espaço onde os homens podem explorar as raízes de sua agressividade, muitas vezes ligadas a questões de masculinidade tóxica, insegurança emocional e dificuldades de comunicação. Através da dinâmica grupal, eles são encorajados a refletir sobre o impacto de suas ações, não apenas sobre as vítimas, mas também sobre si mesmos e suas relações sociais.

Ao longo do tempo, a prática dos grupos reflexivos foi se especializando, com intervenções cada vez mais focadas nas especificidades dos homens autores de violência. Isso incluiu o desenvolvimento de metodologias que abordam as particularidades culturais, sociais e psicológicas desses indivíduos. Pesquisas indicam que a combinação da teoria de Pichon-Rivière com abordagens cognitivo-comportamentais e educacionais em grupos reflexivos pode aumentar significativamente a eficácia das intervenções, contribuindo para a redução da reincidência de comportamentos violentos.

Dessa forma, a teoria dos grupos operativos de Pichon-Rivière, quando aplicada ao contexto dos grupos reflexivos para homens autores de violência, não só promove a responsabilização e a mudança comportamental, mas também facilita um entendimento mais profundo das motivações subjacentes à violência. Essa abordagem integrada e multidisciplinar tem se mostrado uma ferramenta valiosa na prevenção e no combate à violência de gênero, oferecendo uma base sólida para intervenções que buscam não apenas punir, mas transformar.

## **4 DESENVOLVIMENTO**

Os grupos reflexivos, fundamentados em teorias como a de Pichon-Rivière, têm demonstrado resultados significativos na transformação comportamental dos agressores. Pichon-Rivière (2000, p. 73) afirma que “os grupos operativos proporcionam um espaço de reflexão e comunicação, onde os indivíduos podem compartilhar suas experiências e, através do processo grupal, superar resistências e modificar padrões de comportamento disfuncionais”. Ao proporcionar um espaço onde os homens podem refletir coletivamente sobre suas atitudes e ações, esses grupos ajudam a desconstruir as concepções tradicionais de masculinidade que muitas vezes estão na raiz dos comportamentos violentos. A teoria dos grupos operativos de Pichon-Rivière, que enfatiza a comunicação e a reflexão como ferramentas para superar resistências internas e modificar padrões comportamentais, tem sido adaptada com sucesso para lidar com as particularidades dos agressores de violência de gênero, promovendo uma mudança duradoura e significativa na forma como esses homens lidam com suas emoções e relações.

É essencial aprofundar a discussão sobre a metodologia aplicada nesses espaços, bem como as práticas específicas implementadas. Os grupos reflexivos, conforme a literatura científica, não são apenas locais de comunicação, mas operam segundo metodologias rigorosamente estruturadas, com o objetivo de promover mudanças comportamentais significativas nos participantes. Segundo Gondolf (2012, p. 123), “os programas de intervenção em grupo para homens agressores seguem uma estrutura organizada que visa desenvolver nos participantes a capacidade de autorreflexão e a empatia em relação às suas vítimas”. Essas intervenções utilizam técnicas que incentivam a autoanálise, a responsabilização e a reavaliação das crenças que perpetuam a violência de gênero. Para Saunders (2008, p. 145), “os grupos reflexivos fornecem um ambiente seguro, onde os homens podem ser confrontados de maneira não punitiva, mas reflexiva, sobre os impactos de seus comportamentos”. Nos próximos tópicos, serão abordadas a metodologia de grupo operativo e as práticas mais comumente aplicadas em diferentes contextos, oferecendo exemplos práticos de intervenções bem-sucedidas e analisando os desafios na implementação dessas abordagens.

### **4.1 Metodologia de grupos reflexivos**

A metodologia aplicada em grupos reflexivos baseia-se em abordagens participativas que utilizam a interação entre os participantes como principal ferramenta de transformação. Segundo Pichon-Rivière (2000), "os grupos operativos são estruturados para permitir que os indivíduos reflitam sobre suas experiências e compartilhem suas emoções em um ambiente seguro, promovendo a transformação do comportamento por meio da comunicação e do trabalho coletivo" (Pichon-Rivière, 2000, p. 73). Essa metodologia é especialmente relevante no contexto dos grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher, pois oferece um espaço no qual os participantes podem confrontar as causas subjacentes de seus comportamentos agressivos. A metodologia busca, portanto, romper com padrões de masculinidade tóxica, desafiando concepções tradicionais de poder e controle (Connell, 2005).

Nesses grupos, é comum a utilização de técnicas como a roda de conversa, onde todos têm a oportunidade de falar e refletir sobre suas ações, além de dinâmicas que incentivam a empatia e o reconhecimento do impacto da violência sobre as vítimas. Gondolf (2012, p. 123) destaca que "o sucesso desses grupos depende de uma estrutura metodológica que promova a autorreflexão e o desenvolvimento de novas formas de lidar com emoções, substituindo comportamentos violentos por atitudes mais saudáveis". Essa abordagem metodológica não apenas responsabiliza o agressor, mas também promove a reestruturação de suas crenças, incentivando uma mudança interna que pode levar à transformação de suas relações interpessoais.

Ela vai além da simples interação entre os participantes; ela é cuidadosamente estruturada para criar um espaço de escuta ativa, onde os agressores podem se sentir desafiados, mas também apoiados em seu processo de mudança.

Conforme enfatizado por Saunders (2008),

a criação de um ambiente de segurança emocional é crucial para que os participantes se sintam à vontade para explorar suas vulnerabilidades, questionar crenças internalizadas e reconhecer os danos causados por seus comportamentos violentos (Saunders, 2008, p. 145).

Nesses grupos, o facilitador desempenha um papel fundamental, atuando como mediador e guia, garantindo que as discussões não apenas confrontem a violência, mas também incentivem a construção de novos modelos de masculinidade e relações baseadas no respeito e na igualdade.

Outro elemento central da metodologia de grupos reflexivos é o uso de técnicas de intervenção cognitivo-comportamentais, que buscam desafiar e reestruturar padrões de pensamento distorcidos. Conforme Gondolf (2004, p. 607) sugere, "essas intervenções ajudam

os participantes a identificar as justificativas cognitivas que utilizam para sustentar seus comportamentos violentos, promovendo uma mudança interna que vai além da simples responsabilização punitiva". Assim, os grupos reflexivos não apenas incentivam a reflexão sobre as ações passadas, mas também fornecem ferramentas práticas para que os homens desenvolvam novas formas de lidar com conflitos, emoções e relações.

Um aspecto inovador desses grupos é a incorporação de atividades experienciadas, como dramatizações e *role-playing*, que permitem aos participantes vivenciar situações sob a perspectiva das vítimas. Essas técnicas, conforme observadas por Lima e Oliveira (2017, p. 246), "são eficazes para romper com a negação e minimizar as defesas dos agressores, facilitando o processo de empatia e compreensão dos danos causados". Ao colocar os homens em contato direto com as consequências de suas ações, os grupos reflexivos transformam a culpabilização abstrata em uma compreensão concreta do impacto da violência sobre as vítimas e suas comunidades.

Além disso, o caráter multidisciplinar desses grupos é fundamental. Profissionais de diferentes áreas, como Psicologia, Serviço Social e Direito, colaboram para abordar as múltiplas dimensões do comportamento violento. Conforme Silva e Santos (2018, p. 78) apontam, "a combinação de perspectivas permite uma intervenção mais completa, onde as necessidades psicológicas, sociais e legais dos agressores são simultaneamente trabalhadas". Essa abordagem interdisciplinar garante que as metodologias aplicadas levem em conta a complexidade do indivíduo e do contexto em que a violência ocorre, resultando em intervenções mais eficazes e duradouras.

## **4.2 Práticas de grupos reflexivos**

Para a coleta de informações, foram utilizados documentos reconhecidos por instituições brasileiras ligadas ao sistema judiciário e acadêmico, como o Conselho Nacional de Justiça e a Academia Judicial, além de instituições de pesquisa que atuam no enfrentamento à violência de gênero: "Grupos para Homens Autores de Violência Contra a Mulher no Brasil - Experiências e Práticas" (2022), "Grupos Reflexivos e Responsabilizantes para Homens Autores de Violência Contra Mulheres no Brasil - Mapeamento, Análise e Recomendações" (2022) e o "Grupos Reflexivos para Profissionais da Segurança Pública Autores de Violência Doméstica e/ou Familiar Contra a Mulher - Ação Inovadora no Distrito Federal" (2020). Esses materiais trazem uma visão abrangente sobre as metodologias e os desafios enfrentados na implementação desses grupos, além de detalharem os resultados obtidos ao longo de sua

execução. A análise desses documentos permite a sistematização de práticas e estratégias utilizadas, bem como uma reflexão sobre as limitações e potencialidades das intervenções realizadas.

O registro e a documentação dessas práticas são essenciais para garantir a continuidade e o aprimoramento dos grupos reflexivos. A partir desses estudos, é possível não apenas identificar as metodologias mais eficazes, mas também promover o desenvolvimento de políticas públicas e ações integradas que ampliem o alcance dessas intervenções. Além disso, a documentação sistemática desses projetos oferece uma base sólida para futuras pesquisas e facilita a replicação das boas práticas em outras regiões do país. Conforme apontam Beiras *et al.* (2022), o acompanhamento contínuo dos grupos reflexivos e a avaliação de seus resultados são apontados como essenciais para garantir a eficácia das intervenções e ajustar as metodologias aplicadas.

Assim, a importância da coleta e análise dos dados não se restringe à avaliação pontual dos projetos, mas também contribui para o desenvolvimento de uma cultura de responsabilização e transformação social no enfrentamento da violência de gênero.

#### 4.2.1 Projeto Ágora – Judicialização e Grupos Reflexivos

No Brasil, o *Projeto Ágora* é uma iniciativa que busca trabalhar com homens autores de violência contra a mulher por meio de grupos reflexivos, integrados ao sistema de justiça, como parte de um esforço multidisciplinar envolvendo tribunais, promotorias e serviços de assistência social. Esse projeto parte da premissa de que o processo judicial deve ser complementado com intervenções que proporcionem reflexão crítica sobre os comportamentos agressivos. O *Projeto Ágora* utiliza uma abordagem metodológica que combina encontros presenciais com atividades de responsabilização dos agressores, incentivando o reconhecimento de suas atitudes violentas e propondo novas formas de convivência. Segundo

De acordo com o que é discutido ao longo do relatório "Grupos para homens autores de violência contra a mulher no Brasil – Experiências e Práticas", a participação de homens judicialmente condenados em grupos reflexivos é destacada como uma prática eficaz na promoção de mudanças comportamentais. A abordagem educativa e terapêutica desses grupos é mencionada como fundamental para a redução da reincidência, ao proporcionar aos participantes a oportunidade de refletirem sobre suas ações e desenvolverem novas formas de lidar com os conflitos ressaltam Beiras *et al.* (2022). O projeto enfrenta desafios, como a resistência inicial dos participantes, mas os resultados indicam uma melhora significativa na

compreensão dos comportamentos violentos, assim como na adoção de comportamentos mais empáticos.

O *Projeto Ágora* é uma iniciativa que visa promover a responsabilização e transformação de homens autores de violência por meio de grupos reflexivos, com uma abordagem metodológica que combina encontros presenciais e atividades educativas. Esses grupos são realizados como parte do sistema de justiça e integram profissionais de diversas áreas, como assistentes sociais, psicólogos e facilitadores, que conduzem discussões para promover a reflexão crítica sobre comportamentos violentos e incentivar novas formas de convivência. O projeto tem como base a judicialização, ou seja, homens judicialmente condenados por atos de violência contra a mulher são encaminhados para esses grupos como parte de sua pena ou medida corretiva. Essa prática visa ir além da punição, oferecendo um espaço onde os agressores podem refletir sobre suas ações e reavaliar suas atitudes. O *Projeto Ágora* segue uma abordagem multidisciplinar que envolve dinâmicas de grupo, discussões abertas e atividades de responsabilização, nas quais os participantes são incentivados a reconhecer a gravidade de seus atos e a desenvolver comportamentos mais empáticos.

Os resultados do *Projeto Ágora* têm sido positivos na redução da reincidência de atos violentos. Segundo Beiras *et al.* (2022), o envolvimento dos homens em grupos reflexivos tem contribuído para a mudança de comportamento por meio de abordagens educativas e terapêuticas. Além disso, os participantes têm demonstrado maior capacidade de empatia e compreensão do impacto de suas ações sobre as vítimas, o que gera uma transformação significativa em suas atitudes. No entanto, o projeto enfrenta desafios importantes, entre eles a resistência inicial dos homens em participar dos grupos. Muitos participantes chegam com barreiras culturais e pessoais que dificultam a reflexão crítica sobre seus comportamentos violentos. A aceitação desse processo reflexivo exige tempo, paciência e uma estrutura de apoio contínua para que os homens possam modificar seus padrões de comportamento de forma eficaz. Além disso, a falta de infraestrutura adequada em algumas localidades e a necessidade de maior investimento em profissionais especializados também são questões apontadas como obstáculos para a implementação mais ampla e eficaz do projeto.

#### 4.2.2 Projeto Abraço – Iniciativa Judicial Pioneira

Outro exemplo de destaque é o *Projeto Abraço*, que surgiu no âmbito do Poder Judiciário brasileiro, com o intuito de proporcionar um espaço de reflexão para homens autores de violência doméstica. Esse projeto inovador utiliza a prática de grupos reflexivos para

confrontar os participantes com as consequências de seus atos, utilizando dinâmicas que incentivam a autorresponsabilização e a compreensão do impacto da violência nas vítimas. Conforme Beiras *et al.* (2022), o *Projeto Abraço* "integra diferentes áreas profissionais, incluindo psicólogos, assistentes sociais e facilitadores treinados, para conduzir as discussões e criar um ambiente onde os homens possam compartilhar suas experiências e refletir sobre seus comportamentos" (Grupos para homens autores de violência contra mulher no Brasil - Experiências e Prática). Além de seu caráter interdisciplinar, o projeto envolve também o monitoramento dos resultados, que têm demonstrado uma efetiva mudança nas atitudes dos participantes, com uma taxa significativa de redução de reincidência.

O *Projeto Abraço* é uma iniciativa pioneira no Poder Judiciário brasileiro, estabelecida na Vara de Crimes contra Crianças, Adolescentes e Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em Porto Velho, Rondônia, no ano de 2009. Esse projeto surge da necessidade de tratar homens autores de violência doméstica de uma maneira reflexiva, oferecendo um espaço de acolhimento e transformação comportamental. O projeto fundamenta-se em práticas terapêuticas e educativas que visam à ressignificação dos relacionamentos e à redução da reincidência da violência. A metodologia aplicada é baseada na *Terapia Comunitária Sistêmica Integrativa* de Adalberto de Paula Barreto, que valoriza o acolhimento, a reflexão e o cuidado com o outro, reconhecendo que os contextos sociais, econômicos e políticos contribuem para o sofrimento humano.

Os grupos reflexivos no *Projeto Abraço* são divididos por gênero e realizam-se semanalmente, proporcionando uma estrutura contínua de apoio e reflexão. Cada grupo é conduzido por profissionais do Juizado, como assistentes sociais e psicólogos, que utilizam dinâmicas de grupo e materiais audiovisuais para fomentar discussões e promover a responsabilização dos participantes. Entre os principais temas abordados estão os aspectos legais da Lei Maria da Penha, papéis de gênero, ciclo da violência, paternidade e relacionamento conjugal. Um dos desafios do projeto é lidar com a resistência inicial dos participantes, que muitas vezes têm dificuldade em reconhecer formas mais sutis de violência, como violência verbal e psicológica. Ainda assim, o *Projeto Abraço* tem mostrado resultados expressivos na redução da reincidência entre os participantes, demonstrando a eficácia de intervenções reflexivas aliadas ao processo judicial.

#### 4.2.3 Grupo Refletir – Ação Inovadora no Distrito Federal

O *Grupo Refletir*, realizado no Distrito Federal, destaca-se por ser um grupo reflexivo voltado especificamente para profissionais da segurança pública que cometeram violência doméstica. Criado em parceria com o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e a Secretaria de Segurança Pública, esse grupo se diferencia pela complexidade do público-alvo, composto por policiais militares, bombeiros e outros agentes de segurança pública. Segundo o relatório do grupo, "a abordagem com esses profissionais inclui técnicas específicas para trabalhar as particularidades de seu contexto profissional, que muitas vezes envolve o uso da força e uma cultura de masculinidade exacerbada" (Grupos reflexivos para profissionais da segurança pública autores de violência doméstica e ou familiar contra a mulher - Ação inovadora do Distrito Federal). O grupo enfrenta o desafio de lidar com a resistência inicial dos participantes, mas utiliza uma metodologia baseada na socionomia, que visa a transformação das relações interpessoais dentro e fora do ambiente de trabalho, promovendo um comportamento mais equilibrado e não violento.

A *socionomia*, uma teoria desenvolvida por Jacob Levy Moreno, o criador do psicodrama, é uma metodologia que busca analisar e transformar as interações interpessoais dentro de um grupo. No contexto do *Grupo Refletir*, essa metodologia é utilizada para trabalhar com profissionais da segurança pública que cometeram atos de violência doméstica. A socionomia considera as relações sociais como fundamentais para o comportamento dos indivíduos e busca alterar essas relações para promover mudanças de atitudes e comportamentos. No caso do *Grupo Refletir*, a abordagem trabalha diretamente com as características do público-alvo, que inclui policiais militares, bombeiros e outros agentes de segurança pública, e considera o uso da força e a cultura de masculinidade exacerbada que permeia esses ambientes profissionais.

A metodologia aplicada nesses grupos visa promover uma reflexão profunda sobre as atitudes violentas, focando na desconstrução de padrões de poder e controle inerentes à cultura de segurança pública. Além das discussões grupais, os facilitadores utilizam técnicas sacionômicas, como o psicodrama e role-playing, para colocar os participantes em situações simuladas que reproduzem seus contextos de violência. Isso permite que eles experimentem, em um ambiente controlado, as consequências de suas ações e desenvolvam formas mais equilibradas e empáticas de interagir tanto em suas vidas pessoais quanto profissionais.

O funcionamento do *Grupo Refletir* é estruturado por encontros reflexivos que utilizam técnicas de psicodrama e role-playing, permitindo que os participantes vivenciem, em um ambiente seguro e controlado, os impactos de suas ações violentas e aprendam formas alternativas de resolver conflitos. A metodologia aplicada promove uma reflexão crítica sobre

o papel do uso da força e a responsabilidade pessoal dos participantes nas dinâmicas de violência doméstica. Um dos desafios enfrentados pelo grupo é a resistência inicial dos participantes, que muitas vezes relutam em admitir o impacto de suas ações, especialmente devido ao status de autoridade que mantêm dentro das instituições de segurança pública. No entanto, os resultados indicam que, ao longo dos encontros, há uma significativa mudança de comportamento e adoção de atitudes mais empáticas e pacíficas. A implementação do *Grupo Refletir* tem sido reconhecida como uma ação inovadora, destacada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e apoiada por organismos internacionais como a ONU Mulheres e o PNUD.

## **5 CONCLUSÃO**

Com a análise dos projetos selecionados foi possível perceber que os grupos reflexivos enfrentam uma série de desafios, especialmente relacionados à resistência dos participantes e à falta de recursos financeiros e humanos. Muitos dos homens que ingressam nos grupos o fazem por determinação judicial, o que pode gerar uma atitude inicial de desinteresse ou mesmo

de rejeição à proposta de reflexão. Além disso, os facilitadores desses grupos apontam dificuldades na manutenção de equipes capacitadas e na articulação com outras instituições envolvidas no atendimento às vítimas e agressores.

Percebe-se ainda uma falta de formação para as equipes que fazem a intervenção na metodologia de grupos reflexivos. Na Psicologia, não foi encontrado referência de estudos e publicações na área, percebe-se que o judiciário faz parceria com Organizações Não Governamentais, as ONGs, que enfrentam desafios na ausência de um sistema nacional unificado de acompanhamento e avaliação dos resultados dos grupos, o que dificulta a medição precisa da eficácia dessas intervenções.

Partimos da hipótese que os programas de responsabilização do agressor, contra a vida da mulher é um caminho possível para que o ciclo de prisão, soltura e nova reclusão não aconteça na maioria dos casos e que ainda, precisamos evoluir nas pesquisas e ações realizadas no campo. Muitas ações são realizadas junto às mulheres vítimas de violência, mas o trabalho desenvolvido com o agressor, ainda encontra pouco campo de intervenção e quando existe, há pouca publicação de resultados.

Acreditamos que a Psicologia pode contribuir com a teoria e a prática dos projetos estratégicos para fortalecer o objetivo da lei Maria da Penha, para além, somente da punição do agressor. O trabalho com grupos reflexivos é uma metodologia possível de crescimento psicossocial. Ampliar a formação e as Instituições capacitadas se faz necessário para a eficácia das intervenções.

Vale lembrar que a educação é uma das possibilidades para pensar a questão da violência contra as mulheres, permitindo pensar o masculino e o feminino e a relação de poder escondida na sociedade. Talvez, com ações preventivas, será possível a redução considerável desta violência que, através dos números apresentados, só cresce no Brasil. Enquanto isso, é preciso ampliar os grupos reflexivos diminuindo a repetição do agressor.

A partir da análise dos projetos, fica evidente que os grupos reflexivos desempenham um papel essencial na transformação comportamental dos agressores. No entanto, a eficácia dessas intervenções está profundamente ligada à capacidade de envolver os participantes e superar a resistência inicial, o que é amplamente observado em programas como o *Projeto Ágora* e o *Grupo Refletir*. Esses grupos, ao focarem na reflexão e responsabilização, demonstraram resultados promissores, especialmente em termos de redução da reincidência de atos violentos. Ainda assim, a metodologia aplicada nesses espaços requer profissionais altamente capacitados, além de uma abordagem multidisciplinar que integre elementos de psicologia, serviço social e justiça, conforme explorado ao longo deste estudo.

Outro ponto crucial é a falta de financiamento e recursos humanos, o que dificulta a expansão e continuidade de projetos em várias regiões. A ausência de um sistema nacional unificado de acompanhamento e avaliação, conforme mencionado na análise dos grupos reflexivos, compromete a precisão das métricas de sucesso e a replicabilidade das intervenções. Portanto, investir em estruturas organizadas e suporte contínuo, tanto financeiro quanto humano, é uma necessidade urgente.

A monografia também destacou a importância da educação como ferramenta preventiva no combate à violência de gênero. A inclusão de programas educativos desde a infância, conforme sugerido por autores como Berkowitz (2004), pode gerar uma mudança cultural que desafie as concepções tradicionais de masculinidade e contribua para a criação de uma sociedade mais equitativa. Além disso, a interseccionalidade surge como um aspecto fundamental para o sucesso das intervenções, pois leva em conta as diferentes realidades vividas por grupos vulneráveis, incluindo fatores como raça, classe e orientação sexual, garantindo que as estratégias aplicadas sejam inclusivas e eficazes.

A experiência adquirida ao longo deste estudo, aliada à minha proximidade com o hobby de RPG de mesa, despertou um interesse particular em explorar como práticas de dramatização e narrativas interativas podem ser utilizadas como ferramentas terapêuticas nos grupos reflexivos para agressores. Técnicas baseadas em jogos e campanhas, quando adaptadas ao contexto psicossocial, possuem um potencial significativo para fomentar a autorreflexão, a empatia e a responsabilização. Pretendo, no futuro, desenvolver metodologias e materiais que unam minha formação em Psicologia com elementos do RPG, com o objetivo de contribuir para o fortalecimento das intervenções existentes. Ressalto que quaisquer criações nesse campo estarão resguardadas pelos direitos autorais pertinentes, assegurando sua originalidade e alinhamento ético.

Em conclusão, os grupos reflexivos oferecem uma alternativa valiosa às abordagens punitivas tradicionais, promovendo a responsabilização e a mudança de comportamento dos agressores. No entanto, é evidente que, para alcançar resultados ainda mais expressivos, é necessário superar desafios estruturais e institucionais, aprimorar as formações dos facilitadores e expandir as ações preventivas. A Psicologia, como campo de atuação, possui um papel estratégico não apenas na condução dessas intervenções, mas também no fortalecimento de políticas públicas que possam consolidar o combate à violência de gênero em suas múltiplas dimensões.

## REFERÊNCIAS

- BEIRAS, A. *et al.* **Grupos reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violência contra mulheres no Brasil**: mapeamento, análise e recomendações. São Paulo: Instituto Maria da Penha, 2022.
- BERKOWITZ, A. D. **The social norms approach**: theory, research, and annotated bibliography, 2004. Disponível em: [http://www.alanberkowitz.com/articles/social\\_norms.pdf](http://www.alanberkowitz.com/articles/social_norms.pdf). Acesso em: 10 mar. 2024.
- BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Ligue 180 registra aumento de 36% nas denúncias de violência contra a mulher durante pandemia**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/ligue-180-registra-aumento-de-36-nas-denuncias-de-violencia-contra-a-mulher-durante-pandemia>. Acesso em: 27 maio 2024.
- CALTON, J. M.; CATTANEO, L. B.; GEBHARD, K. T. Barriers to Help Seeking for Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender, and Queer Survivors of Intimate Partner Violence. **Trauma, Violence, & Abuse**, [S. l.], v. 17, n. 5, p. 585–600, 2016. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/25979872/>. Acesso em: 20 mar. 2024.
- COLLINS, P. H. **Bensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. 2.ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.
- CONNELL, R. W. **Masculinities**. 2.ed. Berkeley: University of California Press, 2005.
- CRENSHAW, K. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, [S. l.], v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991. Disponível em: <https://blogs.law.columbia.edu/critique1313/files/2020/02/1229039.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2024.
- CROOKS, C. V. *et al.* Predictors of engagement and outcomes for men in groups for intimate partner violence: an empirical examination. **Journal of Family Violence**, [S. l.], v. 34, p. 95-108, 2019.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2023.
- GONDOLF, E. W. **Batterer intervention systems**: issues, outcomes, and recommendations. Thousand Oaks: Sage, 2004.
- GONDOLF, E. W. **The future of batterer programs**: reassessing evidence-based practice. Boston: Northeastern University Press, 2012.

HEISE, L. Violence against women: an integrated, ecological framework. **Violence Against Women**, [S. l.], v. 4, n. 3, p. 262-290, 1998.

HOOKS, B. **Feminist theory**: from margin to center. Boston: South End Press, 1984.

JONES, A. Misogyny, toxic masculinity, and the online manosphere: a discourse analysis. **Journal of Gender Studies**, [S. l.], v. 30, n. 6, p. 737-754, 2021.

JUNG, C. G. **Aion**: researches into the phenomenology of the self. Princeton: Princeton University Press, 1951.

JUNG, C. G. **Aspectos do masculino**. Princeton: Princeton University Press, 1989.

KIMMEL, M. **Guyland**: the perilous world where boys become men. New York: Harper, 2008.

KIMMEL, M. **Angry white men**: american masculinity at the end of an era. New York: Nation Books, 2017.

LIMA, F. C.; OLIVEIRA, M. A. Estratégias de responsabilização para homens autores de violência de gênero: uma análise crítica. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, [S. l.], v. 33, n. 2, p. 239-257, 2017.

OUR WATCH. **Change the story**: a shared framework for the primary prevention of violence against women and their children in australia. Melbourne: Our Watch, 2015.

PICHON-RIVIÈRE, E. **O processo grupal**: do psicanalítico ao social. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

SAUNDERS, D. G. Group interventions for men who batter: a summary of program descriptions and research. **Violence and Victims**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 145-160, 2008.

SILVA, A. F.; SANTOS, P. R. Políticas públicas para agressores: uma abordagem multidimensional. **Revista de Estudos sobre Gênero e Violência**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 77-95, 2018.

SMITH, J. Understanding the "manosphere": mapping the impact of online communities on gender violence. **Journal of Social Research**, [S. l.], v. 23, p. 125-146, 2018.

SOKOLOFF, N. J.; DUPONT, I. Domestic violence at the intersections of race, class, and gender: challenges and contributions to understanding violence against marginalized women in diverse communities. **Violence Against Women**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 38-64, 2005.

SOUZA, R. S.; MENDES, J. M. Medidas punitivas e restaurativas na responsabilização de agressores de violência contra a mulher: uma revisão da literatura. **Revista de Direito Penal e Criminologia**, [S. l.], v. 28, n. 2, p. 89-108, 2016.

STANLEY, N. *et al.* Preventing domestic abuse for children and young people (peach): a mixed methods evaluation of a primary school intervention. **Journal of Children's Services**, [S. l.], v. 10, p. 101-118, 2015.

WALSH, D. *et al.* The role of educators in preventing and responding to domestic violence in schools. **Educational Review**, [S. l.], v. 70, n. 1, p. 109-128, 2018.